

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO BRASIL, NO CHILE E NA ARGENTINA: ENTRE APROXIMAÇÕES E DIFERENÇAS

Luciana Harumi dos Santos Sakano 1, Marcelo Vilela de Almeida 2, Vivian Daniele Rocha Gabriel 3, Jorge Esteban Maeyoshimoto 4, Ignacio Julio Idoyaga 5

Universidade de São Paulo

E-mail do autor principal: lucianaharumi@usp.br
Grupo Temático: Educação

Resumo: Em um contexto marcado pelo avanço de discursos negacionistas, de posições anti-ciência e antivacina e da recorrente desqualificação pública da universidade, ganha renovada relevância o debate sobre a função social da educação superior e sobre a necessidade de construir relações mais densas, dialógicas e socialmente referenciadas com outros setores da sociedade. Tomando como ponto de partida reflexões presentes em trabalhos do VIII Congresso de Extensão da AUGM, este trabalho tem como objetivo cotejar os processos de curricularização da extensão no Brasil, no Chile e na Argentina. Ainda que se desenvolvam sob condições históricas, políticas e institucionais distintas, esses processos compartilham preocupações que atravessam o debate latino-americano sobre extensão como a valorização do território como espaço de aprendizagem, o reconhecimento de múltiplos saberes, a dialogicidade para coprodução de conhecimento, a formação integral e a reafirmação da função social da universidade. No Brasil e no Chile, os processos de curricularização da extensão se configuram como políticas públicas nacionais que estabeleceram, em 2018, a obrigatoriedade de incorporação dessas práticas na formação superior, sob sentidos e desenhos distintos. No Brasil, aparece vinculada mais diretamente à pactuação do conceito de extensão universitária e à incorporação obrigatória nos currículos. No Chile, o marco nacional fortalece a *vinculación con el medio* como dimensão obrigatória da educação superior, cabendo às universidades traduzir essa exigência em diferentes arranjos curriculares e institucionais. Na Argentina, não há regramento nacional e o processo avança, principalmente, nas universidades públicas, com destaque para as *Prácticas Sociales Educativas* e para a diversidade de formatos adotados. Ainda que tenham o mesmo horizonte e diversidades intrínsecas ao processo de implementação, não se trata, portanto, de um mesmo modelo nomeado de formas distintas, já que variam o grau de indução nacional, as matrizes político-pedagógicas orientadoras e as formas concretas de implementação em sistemas de educação superior também distintos.

Palavras-chave: Curricularização da extensão, América Latina, Perspectiva comparada

Curricularização da Extensão no Brasil, no Chile e na Argentina: entre aproximações e diferenças

Luciana Harumi dos Santos Sakano^{1*}, Marcelo Vilela de Almeida², Vivian Daniele Rocha Gabriel³, Jorge Esteban Maeyoshimoto⁴ e Ignacio Julio Idoyaga⁵

¹Universidade de São Paulo

²Universidade de São Paulo

³Universidade Federal do ABC

⁴Universidad de Buenos Aires

⁵Universidad de Buenos Aires. CONICET

E-mail do autor principal: lucianaharumi@usp.br

Grupo Temático: Educação

Resumo: Em um contexto marcado pelo avanço de discursos negacionistas, de posições anticiência e antivacina e da recorrente desqualificação pública da universidade, ganha renovada relevância o debate sobre a função social da educação superior e sobre a necessidade de construir relações mais densas, dialógicas e socialmente referenciadas com outros setores da sociedade. Tomando como ponto de partida reflexões presentes em trabalhos do VIII Congresso de Extensão da AUGM, este trabalho tem como objetivo cotejar os processos de curricularização da extensão no Brasil, no Chile e na Argentina. Ainda que se desenvolvam sob condições históricas, políticas e institucionais distintas, esses processos compartilham preocupações que atravessam o debate latino-americano sobre extensão como a valorização do território como espaço de aprendizagem, o reconhecimento de múltiplos saberes, a dialogicidade para coprodução de conhecimento, a formação integral e a reafirmação da função social da universidade. No Brasil e no Chile, os processos de curricularização da extensão se configuram como políticas públicas nacionais que estabeleceram, em 2018, a obrigatoriedade de incorporação dessas práticas na formação superior, sob sentidos e desenhos distintos. No Brasil, aparece vinculada mais diretamente à pactuação do conceito de extensão universitária e à incorporação obrigatória nos currículos. No Chile, o marco nacional fortalece a *vinculación con el medio* como dimensão obrigatória da educação superior, cabendo às universidades traduzir essa exigência em diferentes arranjos curriculares e institucionais. Na Argentina, não há regramento nacional e o processo avança, principalmente, nas universidades públicas, com destaque para as *Prácticas Sociales Educativas* e para a diversidade de formatos adotados. Ainda que tenham o mesmo horizonte e diversidades intrínsecas ao processo de implementação, não se trata, portanto, de um mesmo modelo nomeado de formas distintas, já que variam o grau de indução nacional, as matrizes político-pedagógicas orientadoras e as formas concretas de implementação em sistemas de educação superior também distintos.

Palavras-chave: Curricularização da extensão, América Latina, Perspectiva comparada